



# Corrente Proletária ESTUDANTIL



#30 OUTUBRO/2013

**Alckmin e seu reitor/interventor criminalizam e usam lei da ditadura militar contra movimento estudantil que luta por democracia na universidade**

## **Abaixo a repressão! Abaixo a Lei de Segurança Nacional da ditadura militar! Todo apoio às ocupações das reitorias da USP e da Unicamp!**

No último dia 07/10, foram realizados protestos e manifestações em várias cidades contra a brutal repressão do governo Cabral aos professores em greve no Rio de Janeiro. Em São Paulo, essa manifestação contou com a participação de estudantes da USP, em greve e com a reitoria ocupada, reivindicando democracia na universidade. Ao final do protesto, que tinha percorrido desde a Avenida Paulista até a Praça da República, a polícia passou a atacar os manifestantes com bombas de gás. Durante a repressão, um carro da PM foi tombado. Dois manifestantes foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, um instrumento criado pela ditadura militar para processar manifestantes contra o regime.

No dia seguinte, o reitor/interventor da USP, Grandino Rodas, foi ao Tribunal de Justiça para se negar a retirar seu pedido de "reintegração de posse" da reitoria ocupada (leia-se, desocupação violenta com uso da Tropa de Choque). A ocupação é uma manifestação política para reivindicar a democracia na USP, a mais antidemocrática do país. A reitoria é de todos, não é propriedade do reitor. O direito democrático de se mobilizar pelas reivindicações é elementar. Mas o reitor/interventor se nega a negociar e ainda criminaliza o movimento que luta por democracia. O juiz acabou negando o pedido de reintegração de posse, criticando o reitor por sua intransigência.

Os estudantes da Unicamp ocuparam a reitoria para lutar contra a entrada da polícia no interior da universidade, que só tem a função de aumentar a repressão contra os movimentos de estudantes e trabalhadores. A morte de um estudante numa briga numa festa foi o pretexto usado pela casta autoritária que dirige a universidade para jogar a repressão contra os movimentos. A resposta dos estudantes foi a mesma dada na USP em 2011. Lá, a

desocupação foi feita com 400 homens da Tropa de Choque, que chegaram a invadir a moradia em busca de estudantes a serem presos e processados.

Alckmin e Rodas respondem à mobilização que pede democracia com mais ditadura.

Os estudantes enfrentam o autoritarismo das reitorias e do governo para defender a universidade pública e gratuita. Lutam contra o sucateamento da educação (por contratação de professores necessários), contra a elitização da universidade (defesa da permanência estudantil – moradia para todos, por cotas raciais, contra o fechamento do campus, por circulares públicos e gratuitos), contra a precarização do trabalho (fim das terceirizações, contratação dos temporários), contra a privatização (fim das fundações), e contra a repressão (fim de todos os processos, reintegração dos demitidos políticos e eliminados, fora a PM) e contra o autoritarismo (por eleições diretas pra reitor, governo tripartite, estatuinte e dissolução do conselho universitário).

Ao mesmo tempo, se colocam ao lado dos trabalhadores que se mobilizam pelas reivindicações (correios, bancários, petroleiros, funcionalismo e professores de vários estados) e contra a repressão e criminalização dos movimentos.

É preciso unificar todas as lutas em andamento num só movimento de defesa da vida, do trabalho e da educação, saúde e moradia dos trabalhadores e suas famílias, contra a repressão e pelo direito democrático de manifestação pelas reivindicações. Por abaixo as leis repressivas, LSN, antigreve etc. Cabe às organizações gerais, centrais, estudantis, populares, organizarem a unificação dos movimentos para ganhar a força necessária para derrotar os capitalistas e seus governos! Às ruas, pelas reivindicações gerais!

## **Comitê Estadual contra a Repressão em S. Paulo**

No dia 15/08, um ato com cerca de 300 manifestantes percorreu as ruas do centro de São Paulo e concluiu com uma plenária que aprovou a constituição de um Comitê Estadual contra a Repressão. Esse comitê se reuniu no dia 12/09, e realizou novo ato/plenária em 19/09.

No dia 25/09, manifestações contra a repressão ocorreram também no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

A organização de um movimento geral, que se articule nacionalmente, é uma necessidade da situação. A ofensiva repressiva recai sobre os movimentos sociais, por meio de assassinatos, ataques policiais, prisões, processos e sindicâncias.

Os capitalistas e seus governos organizam a fraude jurídica de transformar as vítimas da repressão em réus. O movimento coletivo de luta nas ruas pelas reivindicações é taxado de atitudes indi-

viduais a serem coibidas e punidas pela justiça e polícia. O direito elementar de se mobilizar pelas reivindicações é atacado.

A resposta dos movimentos tem de ser coletiva, política e mesmo jurídica. A condenação de cada lutador é uma peça que serve à ofensiva repressiva para atacar os demais movimentos. A derrota dos processos serve às lutas de todos.

O movimento de junho, em que as massas impuseram sua soberania nas ruas, trouxe mudanças na situação política. A brutal repressão aplicada contra o movimento contra o aumento da passagem em 13 de junho, ao invés de derrotar a mobilização, projetou a luta massiva de centenas de milhares nas ruas. Os governos entenderam que era preciso mudar a forma da repressão, adaptando-a à nova situação. Novas leis foram criadas, e os ataques aos movimentos foram mais seletivos. A repressão continuou, mudando de forma.

Os juízes passaram a agir de acordo com a nova situação: na USP, o juiz responsável recusou a denúncia criminal que poderia levar os estudantes à prisão de 8 anos (o Ministério Público recorreu, com menos acusações e reivindicando pena mais branda); na Unifesp, o juiz mandou o M.P. oferecer a pena branda da Transação Penal; mais uma eliminação da USP foi revertida. Nas ruas, manifestações de algumas dezenas foram capazes de fechar avenidas sem enfrentar a brutalidade repressiva da Tropa de Choque.

Nesse quadro, várias correntes passaram a negligenciar a luta contra a repressão.

A defesa da organização da luta contra a repressão, procurando ligá-la à defesa das reivindicações e métodos de luta e com conteúdo de defesa do direito democrático de se mobilizar pelas

reivindicações, tem se traduzido na construção dos organismos de defesa política e jurídica dos processados. A participação tem sido principalmente da juventude universitária, que tem sofrido inúmeros ataques, mas tende a ser assumida de forma mais geral.

Manter essas frentes de luta nas ruas, ligando-as às mobilizações, permite construí-las como referência para as mobilizações. Sob ataques repressivos, os oprimidos irão ao seu encontro e vão fortalecê-las, dando-lhes caráter mais geral. Diante das tendências da crise, que levarão ao acirramento da luta de classes, a defesa da luta contra a repressão permite criar melhores condições para os movimentos enfrentarem o autoritarismo repressivo dos governos e capitalistas.

O método de construção desses organismos e de suas mobilizações por meio da mais ampla democracia operária, inclusive com plenárias abertas durante e ao final das manifestações, coloca a possibilidade de todos os participantes atuarem defendendo suas propostas e decidindo coletivamente os rumos do movimento, rompendo com a forma impositiva que coloca as decisões numa cúpula que decide à margem da maioria.

O fato de movimentos já procurarem o Comitê em busca de articulação para defesa contra ataques repressivos indica o caminho que vai levar ao fortalecimento da ação frentista de luta contra a tendência repressiva da burguesia e seus governos.

Toda força à organização da luta contra a repressão! Construir o Comitê em cada estado! Articular um comitê nacional! Derrotar a ofensiva repressiva pela luta de massa nas ruas!

**Todos à 2ª Reunião do Comitê Estadual Contra a Repressão**

## **Espalham-se atos contra a repressão. Pela unidade nacional contra a repressão do Estado burguês!**

No dia 25 de setembro, ocorreram dois atos contra a repressão, um nacional no Rio de Janeiro em defesa da *liberdade dos presos políticos e contra o terror do Estado* e o outro em Belo Horizonte-MG, pela bandeira de *contra a repressão e pela liberdade imediata dos presos políticos do 7 de setembro*. É o 2º ato contra a repressão em Belo Horizonte. Em São Paulo, ocorreram dois Atos/Plenária Contra a Repressão aos movimentos sociais, nos dias 15 de agosto e 19 de setembro e se constituiu um Comitê Estadual Contra a Repressão, sob as bandeiras de *liberdade imediata aos presos políticos, fim de todos os processos à estudantes e trabalhadores e fim ao genocídio da população negra, dos trabalhadores do campo e indígenas*. Está colocada a necessidade de unificação desses movimentos, de forma a resistir e combater a repressão generalizada aos que se mobilizam, às bandeiras e métodos de luta adotados pelo movimento. A unidade se consolidará e se fortalecerá adotando a democracia operária, em que todos sejam parte ativa das decisões e da prática sobre o rumo do próprio movimento. Que as entidades estudantis UNE/ANEL, que os Sindicatos e demais organizações se incorporem a essas frentes de luta contra a repressão no momento mais que necessário em que luta de classes recrudescer. As massas voltarão às ruas e serão recebidas de forma violenta pelo Estado burguês, para preservar seu poder de minoria.

## **Processos Unifesp: Processos continuam a mando da Controladoria Geral da União**

Em 27 de setembro, os processados da Unifesp de Guarulhos foram convocados pela reitoria para uma reunião, em que participaram a chefe de gabinete e a assessora da reitoria. O movimento estudantil reivindica o posicionamento pelo fim dos processos, que foi mote de campanha da atual gestão, que não se cumpriu após quase um ano de mandato.

Ao contrário de atender às reivindicações do movimento, a reunião serviu para comunicar que os processos de sindicância levantados contra os estudantes continuarão em andamento, por exigência da Controladoria Geral da União (CGU). É de interesse do governo Federal a penalização do movimento, como forma de enfraquecer a resistência à implementação da política privatista para as universidades públicas.

O fato da reitoria acatar a orientação da Controladoria prova o vínculo entre o Estado e a universidade, que em momentos se expressa na intervenção direta, como a imposição dada à Comissão de Sindicância. Em relação aos processos, demonstra que há uma orientação geral para que se processem e penalizem estudantes que se mobilizam.

## UFMT: Reitora processa estudantes que se mobilizaram

A reitora Maria Lúcia Cavalli Neder, da Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, abre processos administrativos contra estudantes que se mobilizaram, reivindicando melhores condições de estudo e permanência, dentre eles, pelo menos 8 são do DCE. A pena é a expulsão.

É válido lembrar que, em março deste ano, 6 estudantes da UFMT foram presos após confronto com a polícia, por terem fechado uma avenida em protesto contra o despejo de 50 da Casa do Estudante Universitário (CEU). Dos feridos, uma passou por cirurgia na mão, devido à fratura.

A mobilização e repressão de março, e os processos agora, dão continuidade ao movimento grevista de 2012 que atingiu as mais de cinco dezenas de universidades federais, em que professores, estudantes e técnicos administrativos paralisaram suas atividades. A cau-

sa da mobilização foi a privatização das universidades públicas por meio do Reuni do governo federal, cujas consequências principais são estruturas precarizadas, salários rebaixados e ausência ou insuficiência na permanência estudantil. Essa greve teve seu expoente máximo no movimento dos estudantes da UNIFESP do bairro operário dos Pimentas, em Guarulhos/SP. A desocupação da diretoria acadêmica da faculdade resultou em 46 presos. Em menos de quinze dias depois a polícia militar novamente interveio com sua força e prendeu mais 26 que estavam em ato em frente à universidade. A todos eles foram abertos processos administrativos e criminais.

A repressão ao movimento estudantil da UFMT se soma à repressão ao da UNIFESP de Guarulhos, da USP, da UNESP e tantos outros movimentos estudantis, sindicais e populares. Há tendência geral a processar a todos que se mobilizam.

## UNESP: Presos da desocupação da reitoria são processados

A Tropa de Choque agiu violentamente desocupando e prendendo 119 em julho deste ano no ato de desocupação do prédio da reitoria da Unesp. Sobre estes, agora, recaí processo administrativo, acusados por atentado à moral e aos bons costumes. Uma proposta de ajuste de conduta foi feita recentemente aos processados, semelhante à oferecida aos estudantes da Unifesp de Guarulhos, no qual os que sofreram a repressão e criminalização do Estado por meio da PM, da Justiça e da própria burocracia universitária, deveriam assinar um acordo comprometendo-se



literalmente a parar de lutar. A luta contra uma política de ensino excludente e precarizado se transformou em repressão ao movimento. Esse artifício demonstra que no momento de utilizar o aparato criminalizador contra estudantes e trabalhadores, tanto o Estado quanto as Reitorias seguem alinhados. Os recentes casos de repressão e processos sofridos pelos estudantes da Unifesp e na UNESP não são diferentes dos que aconteceram na USP, na UNILA, na UFMT, na UNIR, na UEM, que expressam uma tendência à repressão a todos que se mobilizam.

## Black Bloc: na mira da repressão

### Linha de frente do movimento e despolitização

O grupo Black Bloc ganhou visibilidade com as mobilizações de junho devido à sua radicalização ao atacar os patrimônios públicos e privados durante as manifestações. É um conjunto de jovens, que se intitulam a “linha de frente dos movimentos”, se autodesignam os protetores de todos aqueles que vão à ruas. Enfurecem-se com as instituições por nelas reconhecer a origem da opressão e agem na defesa física de todo e qualquer movimento, por acreditarem que resistem e combatem a opressão.

Os traços foquistas são evidentes. Trazem o ensinamento da necessidade das massas se organizarem para o enfrentamento com a polícia, mas trata-se de um grupo que o faz descolado das massas. Um grupo que se pretende bem treinado, mas descolado das massas, não será capaz de enfrentar o cerco policial sozinho. Enfrentam valentemente a polícia com um grupo minoritário, certamente em desvantagem na correlação de forças com o grande aparato estatal.

A escola não ensina. Das migalhas que ainda restam de uma educação depredada, pouquíssimas as alcançam. À maioria sequer está garantido o direito de concluir o ensino médio. Não há emprego. A fatura é de desemprego. O enfrentamento com a repressão policial é só mais uma das tantas formas de resistir às barbaridades geradas pela exploração de classe. Não importa o que a polícia faça. De forma destemida, enfrentam a força policial, vão presos, são feridos. O que resta é a resistência.

### Com que política?

Uma juventude valorosa, mas que padece de uma direção revolucionária. A única capaz de fazer com que se elevem politicamente ao ponto de perceberem a necessidade de se vincularem às massas e a suas organizações. Mas essa direção, como expressão das próprias massas, ainda não se construiu e a essa juventude resta muitas vezes defender bandeiras que não são suas, como a de disputa eleitoral “Fora Alckmin” ou a de disputa parlamentar “Reforma política”. Essas bandeiras nada têm a ver com as necessidades das massas.

### O ataque do PSTU

Em 03 de agosto, o dirigente do PSTU Valério Arcary ataca publicamente os Black Bloc em um debate. Apoia-se no fato de que ações desvinculadas das massas trazem prejuízo ao movimento para fazer coro com a burguesia ao não defender os Black Bloc da repressão.

Um partido realmente revolucionário estará sempre do lado dos oprimidos contra os opressores, mas esse não foi o caminho tomado pelo PSTU.

Para defendermos os oprimidos contra os opressores, temos que estar do lado daqueles que, ainda que despolitizados, quebram as vidraças, atiram pedras em bancos, destroem e saqueiam lojas. Para a burguesia, uma vidraça, um caixa eletrônico destruído ou mercadorias saqueadas não representam nada perto da grande riqueza que possuem, com base na exploração.

PSTU se dobra diante da pequena burguesia aspirante e defensora da propriedade.

## Perseguições políticas na ETEC de Santana de Parnaíba

A ETEC “Profª. Ermelinda Giannini Teixeira”, situada no município de Santana de Parnaíba, passa por um evidente caso de perseguição política por parte da direção e da coordenação pedagógica aos estudantes. A estudante Mirela Oliveria está sendo duramente reprimida por tentar mobilizar os outros estudantes a lutar por melhorias concretas na escola. Ela foi ameaçada de expulsão e um boletim de ocorrência foi aberto pela diretora pela colagem de um cartaz escrito “Fora Panelinha”. O conteúdo da placa denuncia o esquema de indicações feitas pela diretora geral da unidade escolar, revelando vínculos de interesses acerca das eleições para diretor. Sendo assim, a repressão oriunda da direção e da coordenação passam a ser mais intensas, pois há funcionários que cobiçam o cargo de diretor e os capachos que temem perder o cargo indicado. A estudante perseguida, que também é do grêmio estudantil, denunciava irregularidades financeiras da escola, horários não cumpridos por coordenadores e diretores e o mau uso dos ambientes escolares.

E esse não é o primeiro caso nessa ETEC: desde o ano passado, iniciou-se uma série de perseguições contra funcionários, professores e estudantes. Recentemente, um ex-funcionário dessa escola encaminhou para o Centro Paula Souza denúncias sobre o consentimento da direção sobre uma funcionária fantasma e sobre desvios da chamada “Associação de Pais e Mestres” (APM), que é o fundo financeiro abastecido pela contribuição dos estudantes e dos professores. Diante desse brutal ataque aos estudantes, uma moção foi publicada pelo Comitê Estadual Contra a Repressão e assinada conjuntamente pelo Fórum dos Processados da USP, repudiando as perseguições da ETEC de Santana de Parnaíba.

Esse é um claro exemplo de que a repressão não se restringe as ruas, aos movimentos sociais e as universidades. Ela está em todo lugar e pode ser usada a qualquer momento. A situação da ETEC de Santana de Parnaíba é um claro exemplo que a repressão também pode estar cercada pelos muros mal conservados das escolas secundaristas.

## Governo Tripartite projeta luta pela real autonomia universitária

As assembleias estudantis da USP têm levantado a bandeira de governo tripartite. A Corrente Proletária Estudantil (POR) tem levantado essa bandeira há anos, mas somente agora ela se projetou.

Os estudantes vêem no governo tripartite uma forma de poder na universidade em que os que estudam e trabalham é que devem governar, decidir, sem ter um burocrata que lhes imponha decisões, seja esse burocrata indicado pelo governador ou eleito pela casta burocrática. Assim, o governo tripartite se tornou uma bandeira contra a forma de governo de reitorado na universidade. O governo tripartite, assentado no poder coletivo da assembleia universitária, expressará o mais avançado controle democrático do ensino e imporá autonomia universitária perante o Estado, o governo e a burguesia.

Ele expressa não apenas uma universidade “sem reitor”, mas, principalmente, uma universidade de fato autônoma em relação ao governo e capitalistas. Portanto, uma universidade sob controle coletivo de quem estuda e trabalha e que se põe ao lado dos explorados contra os exploradores.

A real autonomia universitária, garantida pelo governo tripar-

tite e pela assembleia universitária, se constrói por meio da destruição da casta burocrática e da atual estrutura de poder que governa a universidade. Ela se assenta na unidade entre estudantes, funcionários e professores, regidos pela mais ampla democracia e pela centralização em torno do governo tripartite e da assembleia universitária. Certamente, haverá o poder da maioria estudantil, constituído pela real democracia, ao contrário da “democracia formal-burocrática” que dá poderes à minoria contra a maioria. A democracia direta da assembleia universitária e a do voto universal permitem superar as divisões corporativas entre estudantes, professores e funcionários.

O governo tripartite, como parte da real autonomia universitária, para se implantar, depende de uma derrota do governo e dos capitalistas, a ser alcançada pelos que estudam e trabalham em aliança com os explorados e seus movimentos, principalmente a classe operária, que é quem está ligada à produção social e dela arranca a força para derrotar a burguesia e seus governos. A luta pela real autonomia universitária se liga assim à luta pelo socialismo, a ser alcançado pela via da revolução social.



### Formação Política: Trechos das Obras Completas de Lênin, do artigo O que fazer?, Capítulo II – A espontaneidade das Massas e a Consciência da Social Democracia

(...) As greves operárias adquiriram, por aquela época, depois da famosa guerra industrial de 1886, em Petersburgo, um caráter geral. A sua extensão por toda Rússia testemunhava claramente como era profundo o movimento popular que tornava a renascer, e já que falamos do “elemento espontâneo” é certamente este movimento grevista que deve ser considerado, em primeiro lugar, como espontâneo. Mas há espontaneidade e espontaneidade. Também houve greves na Rússia durante as décadas de 70 e de 60 (e até na primeira metade do século XIX), greves acompanhadas da destruição “espontânea” de máquinas, etc. Comparadas com estes “motins”, as greves da década de 90 poderiam mesmo ser qualificadas de “conscientes”, tal foi o progresso do movimento operário durante aquele período. Isto mostra-nos que, no fundo,

o “elemento espontâneo” não é mais do que a forma embrionária do consciente. E os motins primitivos refletiam já um certo despertar do consciente. Os operários perdiam a fé tradicional na imovibilidade do regime que os oprimia; começavam... não direi a compreender, mas a sentir a necessidade de resistência coletiva e rompiam resolutamente com a submissão servil às autoridades. Mas isto, contudo, era mais uma manifestação de desespero e de vingança do que uma luta. As greves dos anos 90 oferecem-nos muitos mais clarões de consciência: formulam-se reivindicações precisas, calcula-se antecipadamente o momento mais favorável, discutem-se os casos e exemplos de outras localidades, etc. Se os motins eram simplesmente a revolta de oprimidos, as greves sistemáticas representavam já embriões – mas nada mais do que embriões – da luta de classes.